



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**202ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 27 de Fevereiro de 2014

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 202ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 27 de Fevereiro de 2014

LOCAL: Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Anexo F,
Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo

MPS – Leonardo Jose Rolim
MPS - Rogério Nagamine
INSS - Benedito Adalberto Brunca
MP - Jeferson Luis Bittencourt
IPEA - Marcelo Abi-Ramia Caetano

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – Mário Sérgio Rodrigues da Conceição
SINDAP - Oswaldo Lourenço
COBAP – Luiz Adalberto da Silva
SIDNAPI - Paulo José Zanetti

Representações dos trabalhadores em atividade

Força Sindical – Antonio Cortez Moraes
UGT – Miguel Salaberry Filho
CUT - Valeir Ertle
CNPA – Daniel Alves Burle

Representação dos empregadores

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria

CNT – Nicole Goulart

Convidados

Antonio Mario de S. Oliveira - DATAPREV

Mário Galvão – INSS

Ana Paula Tomazzetti – CNC

Talita Lorena – ASCOM/MPS

Albamaría Paulino Abigalil – SPPS/MPS

Emanuel Dantas – SPPS/MPS

Clovis Vieira Machado – COBAP/FAP/GO

Mauricio Oliveira – COBAP

Marco Antônio Gomes Pérez - DPSSO/SPPS/MPS

Josepha Theotônia de Britto – COBAP

Cheila Marina de Lima – Ministério da Saúde

Ausências

MPS - Garibaldi Alves Filho

MPS – Carlos Eduardo Gabas

SPPS - Jaime Mariz de Faria Júnior

INSS - Lindolfo Neto de Oliveira Sales

MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

MF - Adriana Arruda Pessoa Moreira

SRFB – Daniel Belmiro Fontes

COBAP – Moacir Meirelles de Oliveira

COBAP - Silberto Raimundo da Silva

CONTAG – Evandro José Morello

CONTAG – José Wilson de Souza Gonçalves

CNC – Laércio José de Oliveira

CNA – Frederico Toledo Melo

CNM – Cristina Aguiar Ferreira da Silva

I – ABERTURA

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Leonardo Jose Rolim (MPS) abriu a 202ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Presidente cumprimentou a todos os presentes e, em seguida, colocou em apreciação o Item “Aprovação da Ata da 201ª Reunião Ordinária do CNPS”, realizada no dia 19 de Dezembro de 2013. Dispensada a sua leitura e não havendo quem desejasse fazer uso da palavra, a Ata foi submetida aos senhores conselheiros, em regime de votação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes.

III – ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente deu sequência ao próximo item da pauta, logo, “Impactos dos Acidentes de Trânsito na Previdência”. Inicialmente, o Sr. Presidente informou que a matéria em questão é uma continuidade de discussão, visto que, ela teve início na reunião passada, na qual foi apresentado um levantamento feito pelo Ministério da Previdência em parceria com o Ministério da Saúde; Seguradora Líder do DPVAT; Polícia Rodoviária Federal. Em breve será iniciado um trabalho similar com as polícias de trânsito dos Estados e, assim, possibilitar a construção de um cadastro nacional de acidentes de trânsito, o que possibilitará ter informações mais precisas sobre os impactos dos acidentes de trânsito de modo a permitir, os cruzamentos de dados e as tomadas de ações proativas em todas as partes. Ele disse acreditar que todos serão beneficiados com as ações que se pretende implantar, especialmente o país. Ele afirmou ainda, assim que houverem avanços nessa área, a matéria será apresentada novamente no âmbito deste Pleno, a fim de avaliar se as ações estão no caminho apropriado, bem como, deliberar o

assunto. Além disso, ele falou da discussão interna sobre Acidentes de Trajeto e seus impactos e da necessidade de trazer o tema para discussão no âmbito do CNPS. Na sequência, o Sr. Presidente, passou a palavra para a Sra. Cheila Marina de Lima, do Ministério da Saúde, para apresentar o Projeto Vida no Trânsito. A representante do Ministério da Saúde, apresentou, para conhecimento do Pleno, o Projeto Vida no Trânsito, antes, porém, ela explicou que o Ministério da Saúde tem militado muito nos últimos anos nessa temática bem como a Previdência Social. Ela disse que esses dois maiores órgãos públicos, são os mais afetados com relação aos acidentes de trânsito, no entanto, é possível observar alguns avanços na questão de redução do número de acidentalidade, dos feridos graves e dos óbitos nas rodovias federais, contudo não é possível visualizar esses dados quando se analisa no contexto geral do país, nas cidades, principalmente de médios e pequenos portes, assim sendo, urge unir esforços, no sentido de mudar essa realidade. Ela disse de forma contundente que os representantes do Conselho Nacional de Previdência Social têm papel fundamental nesse processo, desde que cada um delibere nos seus órgãos, nas suas particularidades, visto que, é importante enquanto formuladores de proposta e acompanhamento verificar o que acontece no país como um todo com relação aos acidentes de trânsito. A seguir, ela fez as seguintes indagações: “Por que o setor saúde hoje está falando sobre acidentes de trânsito? Por que o Ministério da Previdência Social também está falando sobre a questão dos acidentes de trânsito?” “Porque esses dois Ministérios têm trazido isso como uma das pautas prioritárias, uma das questões essenciais na agenda da gestão de comprometimento orçamentário, financeiro?” “Porque isso tem impactado na saúde da população, na qualidade de vida da população, tem demandado mais adoecimentos, mais lesões e mais óbitos para a sociedade de maneira geral. Quando se analisa a magnitude dos acidentes de trânsito, o número de internações que acontecem, o número de pessoas que demandam o serviço de saúde, o número de óbitos, conclui-se que o trânsito também é um problema de saúde pública, logo, afeta também o setor saúde. Essa preocupação surgiu à tona mais fortemente a nível mundial pelo setor saúde a

partir de 2004 quando a Organização Mundial da Saúde traz e publica um relatório, um informe mundial sobre prevenção das lesões por acidentes de trânsito ocorrido no mundo e chama a atenção para os números alarmantes de mortes e de feridos por ano. Esses feridos por ano impactam diretamente a Previdência e impacta diretamente o Setor Saúde, por esse motivo, a matéria em questão é uma das prioridades para a agenda do Ministério da Saúde e, agora, do Ministério da Previdência. Ela detalhou ainda: A Magnitude e Consequências dos acidentes de trânsito; Trânsito: Problema de Saúde Pública; O Relatório Mundial sobre Prevenção de Lesões No Trânsito do ano de 2004; Informes Global e Regional sobre o Estado de Segurança no Trânsito de 2009, pesquisa realizada no ano de 2008 em 178 países, esse relatório aponta o Brasil no 5º lugar de número de mortes no trânsito; O número de Internações hospitalares; por acidentes de trânsito envolvendo motociclista no Sistema Único de Saúde no Brasil no período de 2008-2012; Custos das Internações de Motociclistas; Em 2012 foram realizadas 159.251 internações e teve custo de R\$ 211 milhões; Do total, 78% das vítimas são homens; Do total das internações por acidentes de trânsito em 2012, os motociclistas respondem por 51,2%. Também destacou o aumento em dez anos, ou seja, de 42% no número de internações por acidentes de trânsito, saindo de 102.007, em 2002, para 159.251, em 2012, destaca-se que o aumento desse crescimento são os acidentes com motos, pois no período, as internações por acidentes envolvendo motociclistas aumentaram quatro vezes de 21.692, em 2002, para 81.494, em 2012, assim sendo, o custo com as internações por acidentes de trânsito em dez anos triplicaram. Ela também narrou a Situação das Mortes no Trânsito no Brasil e as Taxas de mortalidade Feitas essas considerações iniciais, passou a apresentação do Projeto Vida no Trânsito que tem como objetivo principal, “Subsidiar gestores nacionais e locais no fortalecimento de políticas de prevenção de lesões e mortes no trânsito por meio da qualificação, planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações”. Apresentou o objetivo geral do Projeto, ou seja, dar suporte aos governos dos 10 países selecionados para a implementação de boas práticas para a

segurança no trânsito, alinhadas às estratégias nacionais adotadas. Este objetivo deve ser atingido a partir do foco prioritário, logo, nos fatores de riscos de ordem comportamental; no atendimento às vítimas; no aperfeiçoamento do sistema de informações; Comissão Interministerial; O Projeto nas cidades e Sistemática; as Prioridades e foco do Projeto: i) Aperfeiçoamento do sistema de informações; ii) Intervenções focadas nos fatores de risco de ordem comportamental ou grupo de vítimas prioritários: Álcool e Direção; Velocidade Excessiva ou Inadequada; Outros fatores de risco ou grupo de vítimas prioritários (definidos no nível local): motociclista, pedestre e ciclista; Resultados e Desafios; Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito; Perspectivas; Recursos financeiros repassados pelo Ministério da saúde. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente, Leonardo Rolim (MPS) agradeceu a relatora pela maravilhosa apresentação. Ele disse que em sua opinião, o projeto é muito interessante, pois mostra pelos números que está dando resultado, assim sendo, é imprescindível ampliar cada vez mais para chegar aos médios e pequenos municípios e, ainda, esse é um projeto cujo gasto não é uma despesa e, sim, um investimento com retorno altíssimo para toda sociedade, por conseguinte, o referido projeto deve ter priorização orçamentária muito maior. Ele disse da dificuldade do CNPS e Ministério da Previdência de procurar os acidentes de trabalho para criar mecanismos que venham a reduzir as subnotificações, só conhecendo a realidade será possível formular as políticas adequadas. Disse acreditar que os cruzamentos de dados vão permitir encontrar algumas subnotificações principalmente em pequenos municípios, uma vez que nos grandes municípios esse trabalho é muito bem feito pelos IMLs. Em seguida, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos conselheiros e conselheiras para as devidas contribuições. Manifestaram-se: Valeir Ertle (CUT); Paulo Zanetti (Força Sindical); Antonio Cortez Morais (Força Sindical); Nicole Goulart (CNT); Mário Sérgio Rodrigues da Conceição (SINTAPI/CUT); Marco Antônio Gomes Pérez (SPPS/MPS) e Rafael Ernesto Kieckbush (CNI). Todos os manifestantes parabenizaram o Ministério da Saúde pela brilhante apresentação e

comprometeram-se a levar a matéria em questão para as suas respectivas bases, uma vez que eles são conhecedores dos impactos que os acidentes de trânsito causa a Previdência Social. As dúvidas foram esclarecidas pela relatora. O Sr. Presidente falou da necessidade de formular novas ações para a matéria em questão e os passos iniciais já foram dados ao perceber da precisão da criação do cadastro nacional de acidentes de trânsito, trabalho já iniciado em parceria com o Ministério da Saúde. Existem ainda, discussões bem avançadas com a Seguradora Líder que trata do DPVAT e com a Polícia Rodoviária Federal, mas ainda há muitos passos a serem dados e um deles é trazer para o âmbito do CNPS um desenho já com um calendário, uma perspectiva de implantação do cadastro, o qual vai ter um impacto muito importante para as ações regressivas.

IV - INFORMES

O primeiro informe do dia “Pesquisa CNT de Rodovias – Aspectos Previdenciários”, ele foi retirado de pauta, por solicitação da relatora, Sra. Nicole Goulart (CNT), a referida matéria será apresentada na 203ª Reunião Ordinária. O item de pauta “Informações sobre o Decreto que regulamenta a Lei Complementar 142 da Aposentadoria Especial da Pessoa com Deficiência. A matéria em questão foi apresentada pelo Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (SPPS/MPS), este, após saudar os presentes, deu início a sua apresentação. Ele explicou em detalhes: A Escala estabelecida pelo GT instituído pela Portaria Interministerial MPS/SDH 334 de 2013 que define a Deficiência leve, moderada e grave, assim como, a Escala Publicada na Portaria Interministerial nº. 01 de 27 de jan. de 2014. Ele esclareceu todo o processo de pontuação adotada pelo GT e o encaminhamento à Casa Civil; das manifestações do Ministério da Fazenda em querer também participar desta regulamentação. Também falou acerca de um estudo com a UnB numa parceria como Ministério da Previdência Social sobre a escala definida pelo GT. O estudo objetiva a verificação da validação com uma amostra significativa, uma metodologia científica mais adequada para aplicar e reavaliar o quanto essa

escala em termos de consideração de uma amostra maior, significativa, pode ser aplicada ou não, no momento como havia *vacatio legis*. Por fim, ele falou que o INSS já está montando a sua agenda para responder à demanda e o Sr. Benedito Adalberto Brunca (INSS) pode esclarecer ou ter informação de como está o agendamento por parte do INSS uma vez que o instrumento já está determinado. O Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) fez o seguinte esclarecimento: “Desde que nós começamos a vigência da lei, nós estamos começando a possibilidade do agendamento diferenciado porque ele tem que ser destacado da regra comum, uma pessoa que vai pleitear esse benefício vai ter mais etapas, mais complexidade porque ele não vai ter uma análise meramente administrativa, ele tem análise administrativa, ele tem avaliação social e tem avaliação pericial então a gente não pode fazer uma fila única, ou seja, quem vai, por exemplo, requerer aposentadoria por idade que não tem necessidade de aplicar o conceito da Lei Complementar 142, ele não pode entrar tudo no mesmo canal de tempo para efeito de agendamento aí foi desmembrado, continuamos com o canal de atendimento da aposentadoria por idade tradicional, a comum, vamos chamar assim, e foi criado esse canal para poder ir fazendo a mensuração e a preparação desses casos, aí neste ínterim fomos também preparando os sistemas porque apesar da entrada em vigor da lei em novembro nós só pudemos ter a questão da regulamentação da Portaria nº 1 no dia 27 de janeiro, só a partir da publicação da Portaria é que nós podemos demandar, regular essa questão dos decis, das pontuações e da preparação dos instrumentais para que pudesse efetivamente repercutir pela análise tanto do profissional de assistência social como o médico, perito, e esse tempo é que foi escalado esse agendamento da parte administrativa para depois da data da publicação dessa Portaria porque não tínhamos nem como fazer qualquer início de atendimento anterior a isso, depois desse atendimento administrativo é que será feito o agendamento dos dois outros profissionais para realizar a avaliação ampla, pericial e social que tem”. Na sequência, foi a vez do Sr. Mário Galvão (INSS) fazer o seu aparte, momento em que afirmou que esse serviço começou a ser atendido dentro do Instituto a partir do dia 3 de fevereiro do

corrente ano e o número oficial está por volta de 15 mil agendamentos nesse serviço, esse primeiro atendimento verifica algumas condições que ainda tem que passar por um médico, tem que passar por um analista do Seguro Social que é o Assistente Social, essas pessoas ainda não saíram no processo, já começaram o atendimento, mas ainda não finalizaram todo o processo de reconhecimento do direito. Um ponto que é importante acrescentar, foi verificado por volta de 12 a 15 mil pessoas agendadas que existe muita concentração de agendamento em algumas localidades, notoriamente em Belo Horizonte e entorno. Isso demonstra que existe uma possibilidade de algumas regiões do Brasil, por exemplo, Belo Horizonte ter uma campanha super lotada, registre-se que nesse momento não está sendo avaliado se são pessoas que têm direito ou não, só uma condição de agendamento. Por outro lado, algumas outras regiões também extremamente densas populacionalmente não têm um agendamento muito intenso, talvez compita verificar se é falta de conhecimento da localidade ou se realmente as pessoas entenderam melhor, se apropriaram melhor da lei e não fizeram agendamento, assim sendo, estão esperando as condições para pedir de forma mais correta. Concluído esse ponto, passou-se para as considerações do Pleno. Manifestaram-se: Luiz Adalberto da Silva (COBAP); Paulo Zanetti (Força Sindical); Valeir Ertle (CUT) e Marcelo Abi-Ramia Caetano (IPEA). O senhor relator explicou as dúvidas apontadas pelos conselheiros. Concluído esse ponto, o Sr. Presidente, convidou o Sr. Emanuel Dantas (SPPS/MPS), para apresentação de informe sobre o Resultado do Regime Geral de Previdência Social 2013. O Sr. Emanuel Dantas (SPPS/MPS) discorreu sobre: Arrecadação Líquida; Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário Urbano e Rural; Acumulado de Janeiro a Dezembro (2009 a 2013); Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário em relação ao PIB; Resultado do RGPS; Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Necessidade de Financiamento acumulado de Janeiro a Dezembro (2009 a 2013); Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Necessidade de Financiamento em relação ao PIB; Desoneração da Folha e Revisões Administrativas; Revisões Administrativas; Tendências, Arrecadação,

Despesa e necessidade de financiamento; Arrecadação Líquida e Despesa com Benefícios Previdenciários, nos últimos 25 meses; Composição da Arrecadação Líquida; Arrecadação Corrente, Recuperação de Créditos e Transferência a Terceiros, nos últimos 25 meses; Composição da Despesa com Benefícios Previdenciários; Benefícios pagos pelo INSS e Sentenças Judiciais nos últimos 25 meses; Necessidade de Financiamento da Previdência Social nos últimos 25 meses; Resultado do RGPS por Clientela – Média móvel de 12 meses (dez/2001 a Dez/2013); Necessidade de Financiamento do RGPS – Média móvel de 12 meses (dez/2001 a Dez/2013); Benefícios Emitidos – Estoque; Quantidade de Benefícios Emitidos – RGPS – Dez/2011, Nov/2013 e Dez/2013; Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social em milhões de benefícios - 2003 a 2013 (dezembro); Valor Médio Real dos Benefícios Pagos pela Previdência Social (2006 a 2013); Distribuição de Benefícios Emitidos, segundo faixas de Valores em Pisos Previdenciários (Posição em Dezembro/2013); Benefícios Concedidos – Fluxo e Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (2005 a 2013), acumulado de Janeiro a Dezembro de cada ano (2005 a 2013) em milhares de benefícios. Finalizada a apresentação, o Sr. Presidente abriu a palavra para manifestações do Colegiado. Manifestaram-se: Mauricio Oliveira (COBAP); Mário Sérgio Rodrigues da Conceição (SINTAPI/CUT) e Valeir Ertle (CUT) que sugeriu debater o tema seguridade social e os impactos da desoneração em uma reunião mais ampla ou um seminário e, assim, aprofundar melhor esses temas. Sugestão acatada pelo Sr. Presidente, o qual recomendou debater os temas propostos numa reunião mais ampla ou um seminário que permita chamar convidados, sociedade civil e empresários. Em seguida, o Sr. Presidente chamou o último item de Informe, logo, “Demonstrativo de Crédito de Benefícios”. O tema in loco foi apresentado pelo Sr. Mário Galvão de Souza Sória (INSS), ele explicou em pormenores a iniciativa criada pelo INSS, no que diz respeito à simplificação ao acesso às informações previdenciárias, ou seja, como o cidadão tem acesso às suas informações perante o Instituto de forma mais simples, ou ainda, de forma menos burocrática. Ele também falou do Demonstrativo de Crédito de Benefício –

DCB; Da Resolução INSS Nº 320 de 10/07/2013 que resolve: Art. 1º Fica instituído o Demonstrativo de Crédito de Benefício - DCB, que será disponibilizado, mensalmente, pelas instituições financeiras pagadoras de benefícios do INSS, em seus terminais de autoatendimento; § 1º O DCB conterá, obrigatoriamente, as seguintes informações: I - dados cadastrais do beneficiário; II competência do crédito; III - dados do benefício (Número do Benefício ou Número de Identificação do Trabalhador); e IV - rubricas e valores referentes aos créditos e débitos; As ações do Demonstrativo de Crédito de Benefícios – DCB: Publicação da Resolução 320, em 11 de Julho de 2013; Divulgação Interna e Divulgação Externa – ANTT, MTE, MEC, Bancos e Prefeituras (Ofício às Prefeituras no início de 2014). Por fim, ele comentou todo o processo de simplificação ao acesso às informações previdenciárias junto as Instituições financeiras. Concluída a apresentação, manifestaram-se: Walter Tadeu Pinto de Faria (CNF); Benedito Adalberto Brunca (INSS) e Luiz Adalberto da Silva (COBAP), este, solicitou ao Sr. Presidente que o senhor Clóvis Vieira (GO) pudesse fazer uso da palavra, objetivando expor a Carta da Federação do Estado de Goiás a este Colegiado. Na oportunidade, ele externou a sua preocupação em relação aos precatórios alimentares federais e passou a relatar na íntegra a referida Carta. Manifestou-se sobre o assunto, o Sr. Presidente e informou que vai procurar respostas o mais breve aos questionamentos pontuados pelo senhor Clóvis Vieira (GO) e tão logo seja possível, eles serão encaminhados ao Conselho Estadual de Goiás.

V – OUTROS ASSUNTOS

O Sr. Presidente definiu junto com os conselheiros a composição de pauta para a próxima reunião deste Conselho, ficando assim definida: i) E-social; ii) Crédito Consignado; iii) O Ministério ficou com a incumbência de trazer uma proposta de seminário sobre o tema Previdência Social e Seguridade Social, para ser deliberado pelo CNPS; iv) A 203ª Reunião Ordinária será realizada no dia 27/03/2014.

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 202ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Leonardo Jose Rolim (MPS) lavrei a presente Ata.

Brasília, 27 de Fevereiro de 2014.